
A difícil compreensão do TEA e o cumprimento dos direitos à dignidade da pessoa humana

The difficult understanding of TEA and the fulfillment of the rights to the dignity of the human person

Hudson Franklin Pereira Novak¹

Leonardo Alexandre Fernandes²

RESUMO

Tendo em vista o desconhecimento da palavra e da condição de síndrome, faz-se necessário dispor de uma visão de marco histórico para a conceituação da TEA – Transtorno de Espectro Autista, bem como difícil diagnóstico, a percepção da família frente ao ser humano inerte a sentimentos, com dificuldade de comunicação e expressão. O artigo tem como objetivo partir da premissa da contextualização da condição de doença e seguridade perante a lei 12.764/12 que após de validada tenta resguardar os direitos das pessoas com autismo e a dignidade da pessoa humana. Em 2007 a O.N.U – Organização das Nações Unidas - instituiu o dia 02 de abril para a conscientização do Autismo, com o principal objetivo a desmistificar, esclarecer quanto à condição de pessoas vivendo com TEA e minimizar o preconceito. Segundo o CDC – Center of Diseases Control and Prevention, existe na atualidade um caso a cada 110 pessoas acometido com o espectro autista. Para tanto, os apontamentos foram realizados com observância na literatura

¹ Graduando em Direito junto à FESPPR. Graduado Bacharel em Enfermagem pela Faculdade JK Brasília-DF. Contato: hudsoenf@hotmail.com.

² Doutor em Odontologia (Endodontia) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestre em Odontologia (Reabilitação Oral) pela Universidade Veiga de Almeida (UVA). Mestrando em Bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Especialista em Odontologia Legal pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Endodontia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Especialista em Direito Aplicado aos Serviços de Saúde pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Especialista em Saúde Coletiva pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), graduação em Odontologia pela Universidade Iguazu (UNIG) e graduação em andamento em Direito pela Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESPPR). Tem experiência na área de Odontologia, atuando principalmente nos seguintes temas: endodontia, odontologia legal, perícia, bioética e biodireito. leonardofernandes@outlook.com

atual, fontes históricas de literatura médica, pesquisa bibliográfica e documental, sua contribuição para a publicação é de grande valia no contexto social, haja vista a importância do tema e sua constante transformação na sociedade.

PALAVRAS-CHAVES: Transtorno de Espectro Autista. Dignidade da Pessoa Humana. TEA.

ABSTRACT

In view of the lack of knowledge of the word and the condition of syndrome, it is necessary to have a vision of a historical landmark for the conceptualization of the syndrome ASD - Autistic Spectrum Disorder, as well as difficult diagnosis, the perception of family in front of the human being inert to feelings, with difficulty in communication and expression. The article aims to start from the premise of contextualizing the condition of illness and security before the law 12.764/12 which, after being validated, tries to protect the rights of people with autism and the dignity of the human person. In 2007 the O.N.U - United Nations - instituted the 2nd of April to raise awareness of Autism, with the main objective of demystifying, clarifying the condition of people living with ASD and minimizing prejudice. According to the CDC – Center of Diseases Control and Prevention, there is currently one case in every 110 people affected with the autistic spectrum. Therefore, the notes were made with observance in the current literature, historical sources of medical literature, bibliographic and documentary research, its contribution to the publication is of great value in the social context, given the importance of the topic and its constant transformation in society.

1 TEA DO DIAGNÓSTICO À APROVAÇÃO DA LEI EM 2012

A palavra Autismo deriva do grego *autós*, a qual significa **dentro de si**, tal termo foi empregado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugene Bleuler, estudava em 1911 os casos de esquizofrenia e passou a associar os casos de “fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos por tal patologia”. (CUNHA, 2012, p.20)

Em 1938, Leo Kanner, médico psiquiatra recebera em seu consultório uma criança de 5 anos que segundo informações de seus genitores apresentava comportamento fora dos padrões de normalidade, interessado pelo caso o Dr Leo logo reunira mais 10 crianças nas mesmas condições.

Por ser uma condição neurológica de convivência social, dr Leo logo observou uma característica que era o desinteresse extremo com o meio externo sem, no entanto, desenvolver quase nenhuma interação social, aqui um contexto bem relevante, embora

não interagisse com o externo ao mesmo tempo as crianças desenvolviam uma capacidade de memória acima do normal. Por ser de difícil diagnóstico, definida como síndrome complexa, os quais seu tratamento é muitas vezes inserido no contexto social, comunicação, psicossocial, o que se torna muito difícil a aceitação com os resultados.

Nessa vertente, as pessoas que convivem com essa condicionante, geralmente são discriminadas pela condição de não socialização com o mundo e com as pessoas fora do seu mundo interior.

Enquanto isso, outro médico Hans Asperger estudava outras crianças com semelhanças característica, porém uma o chamava atenção, a presença de intelectualidade e maior capacidade de comunicação, fazendo assim que esses grupos serem analisados de maneira diferente com aspectos e características diferentes para serem analisadas. Asperger tituló sua pesquisa como “psicopatia autista” (CUNHA, 2012, p22).

Várias outras ideias contrariando a do Dr. Leo vieram em contra a sua tese, uma delas relatado pelo psiquiatra Eugene Bleuler, que também se debruçou ao estudo do autismo, declarou que pessoas com autismo estava fadado a não possuir aptidão ao relacionamento social, tão pouco a reagir as situações da vida, sem imaginação. O autista imerge no seu interior, em sua própria e profunda imaginação (RODRIGO; SPENCER, 2010, p.19).

Na década de 50-60 o psicólogo austríaco Bruno Bettelheim, difundiu a ideia do Dr Léo Kanner, que poderia estar associado ao um transtorno orgânico, uma condição no sistema nervoso central, uma patologia incapacitante e crônica a qual acarreta severas consequências no campo cognitivo, no desenvolvimento da motilidade e da linguagem, impedimento neurofuncional.

Felizmente a ciência da medicina não é estática, e hoje tem-se outros entendimentos no que cerne a questão, estudiosos referem-se a “causas genéticas ou síndromes ocorridas durante o período de desenvolvimento da criança” (CUNHA, 2012, p. 19). Hoje é sabido outras características definidoras foram associadas às principais antes relatadas, distúrbio de sono e da alimentação, problemas digestivos geralmente nos

primeiros meses de vida, pode ser acometido por anomalias congênitas, hiporrespostas ou hiper-respostas aos estímulos sensoriais.

Hoje o autismo deixa de ser visto como esquizofrenia ou algum tipo de psicose, um grande divisor de águas e com grande ganho para o portador dessa condição foi que em 1978 passou a ser nomeado como distúrbios relacionados a desordens de desenvolvimento neurológico.

Findando essa mera linha do tempo para proporcionar um entendimento geral de quão foi o estudo do TEA até o momento, vê-se a seguir conceitos em linhas gerais bem como o que foi negligenciado aos direitos humanos e leis retardatárias para assegurar uma dignidade para os portadores de TEA.

2 DO CONCEITO ATUAL

Antes de qualquer conceito é importante ressaltar que o TEA – Transtorno do Espectro Autista, não é considerado uma síndrome e sim um transtorno e por tal, nessa linha de pensamento o seu diagnóstico é fechado com muita dificuldade pelo profissional de saúde, pois parte de observância sinais e sintomas desenvolvidos, sabe-se que as crianças do gênero masculino tem maior probabilidade de desenvolver tal condição, segundo o dicionário de língua portuguesa Michaelis, 2020

Apesar do grande esforço e atenção dedicados pelas neurociências, um entendimento definitivo sobre as possíveis causas do autismo ainda não foi alcançado. Por outro lado, estatísticas confiáveis apontam que o transtorno do espectro do autismo em meninos é mais comum. A proporção é de quase 5 meninos afetados para cada menina (AUTISMO..., 2020, p.1).

Sendo assim, fica por óbvio a não discriminação de raça, gênero, etnia, qualquer que seja a família está apta a ter um ente em sua família nessas condições. Outro ponto a ser destacado seria quanto o Estado no grau de garante ao cumprimento da lei proferida para assegurar tal condição, ressalta que antes de 2012 nada até então tinha sido aprovado,

somente estudos no Brasil que direcionavam a condição de uma patologia mais que nada a garantia dentro dos Direitos Humanos e da Dignidade da Pessoa Humana.

Com a observância a partir do período em que a criança começa a desenvolver sua fase cognitiva, passa a ter maior relevância os sinais comportamental que a mesma oferece ao seu meio social, a falta de interação com o meio é o maior sintoma observado, porém outros sinais fazem parte da observância geralmente aos 3 anos de idade, sendo mais comum entre meninos já apresentam comprometimento individual geralmente em 70-80% (RODRIGUES; SPENCER, 2010, p.18).

Um dos conceitos mais bem apresentado e aceito então seria o Bryson et AL. (2004): autismo é um protótipo de um espectro de distúrbios os quais relacionados a desordem de desenvolvimento neurológico.

Nessa perspectiva conceitual, seria insensato de minha parte não citar uma precursora no estudo do espectro, uma visionária pioneira de estudos relevantes ao tema, Lorna Wing, psiquiatra inglesa, considerada a pioneira do estudo e do ativismo do autismo no Reino Unido e, portanto, uma figura central na história do diagnóstico, da sua vivência pessoal com sua filha primogênita diagnosticada com autismo teve muito o que estudar para mudar a concepção de um diagnóstico totalmente desfavorável para a condição de sobrevivência humana.

2.1 DO DIREITO À IGUALDADE PESSOAS COM TEA A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Almejado por muitos e dito como Constituição do Povo, a carta Magna de 1988 a primeira que contém artigo voltado para os direitos humanos, garantindo, definindo e melhor expondo a condição da pessoa e sua dignidade como pessoa humana. Em seu artigo 5º vejamos o que diz:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
acesso 04/04/22)

Uns dos grandes paradigmas se faz exatamente nesse contexto interpretativo, ora se todos somos iguais, porque razão ainda temos grande desigualdade entre seres humanos? A lei nos diz como deve ser tratado todos de igual para igual, porém qual o patamar de igualdade? Raça? Etnia? Vulnerabilidade? Crença? Economicamente? Sexo? Gênero?

Segundo RAMOS, Andre de Carvalho, 2014, p. 473, “igualdade consiste em um atributo de comparação do tratamento dado a todos os seres humanos, visando assegurar uma vida digna a todos, sem privilégios odiosos. Conseqüentemente, o direito à igualdade consiste na exigência de um tratamento sem discriminação odiosa, que assegure a fruição adequada de uma vida digna”.

Assim, pode-se fazer uma vasta reflexão no que se refere essa busca de igualdade, nos primórdios do século XVIII onde foi escrita a Declaração de Direitos das revoluções liberais, a qual precedeu a primeira Constituição observa-se que a igualdade nada mais era que solicitar a igualdade perante a lei que exigia tratamento idêntico para todas as pessoas, porém não levava a busca pela igualdade diante a uma condição material nem a hiatos dessa mesma lei, assim era nobre quem nascia na nobreza e era escravo, vassalo quem não a possuía.

A primeira declaração foi na Virgínia em 1776, que reconhecia a igualdade de pessoas, já a Declaração dos Estados Unidos da América enfatizava a igualdade de todos os “homens”, a França em 1789 segue a mesma linha de raciocínio que todo homem nascem e são livres e iguais em direitos.

Como toda a interpretação vai além de uma quebra de paradigma, somente anos depois com emendas constitucionais que passou a observar o passado absolutismo e a

ascensão do Estado Social de Direito para que de fato a igualdade efetiva entre pessoas fosse também considerada como uma meta do Estado.

Ainda no pensamento de RAMOS, Andre de Carvalho, 2014. P. 475 “essa igualdade efetiva ou material busca ir além do reconhecimento da igualdade perante a lei: busca ainda a erradicação da pobreza e de outros fatores de inferiorização que impedem a plena realização das potencialidades do indivíduo, ainda nessa fase, vincula-se à vida digna”.

No Brasil, a Constituição de 1988 é um marco jurídico da transição do regime militar para o regime democrático trazendo á luz igualdade na forma de princípio maior onde o Estado compartilha a ideia valor supremo em uma sociedade fraternal. A Constituição em seu artigo 3º é o primeiro a trazer a ideia dos objetivos de igualdade e a responsabilização do Estado, passa também pelo artigo 4º onde repudia o terrorismo e o racismo e vem concretizar no seu artigo 5º todas as demais direitos e deveres individuais e coletivos como direito fundamental.

O valor de igualdade está previsto em lei, porém por óbvio que a sociedade e parte integrante desse processo tanto na aplicação da lei quanto no exigir seu cumprimento. Nesse sentido, decidiu a Min. Cármem Lúcia (STF):

“Não apenas o Estado haverá de ser convocado para formular as políticas públicas que podem conduzir ao bem-estar, à igualdade e à justiça, mas a sociedade haverá de se organizar segundo aqueles valores, a fim de que se firme como uma comunidade de fraterna, pluralista e sem preconceito(...)” (ADI 2.649, voto da Rel. Min. Cármem Lúcia, julgamento e 8-5-2008, Plenário, DJE de 17-10-2008).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde a partir dela os direitos humanos ganham uma proporção extraordinária como aponta JOSÉ da Silva Afonso. 1990. p. 80: “é a Constituição cidadã, na expressão de Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte que a produziu, porque teve ampla participação popular em sua elaboração e especialmente porque se volta decididamente

para a plena realização da cidadania”. (José Afonso da Silva, Curso de direito constitucional positivo, 6. Ed., 1990, p.80)

Em seu preâmbulo, a Constituição Federal projeta um Estado Democrático de Direito, ou seja, o Estado assume a garantia aos exercícios dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Para PIOVESAN, Flávia, 2011, p.76 “a consolidação das liberdades fundamentais e das instituições democráticas no país, por sua vez, muda substancialmente a política brasileira de direitos humanos, as relevantes transformações internas tiveram acentuadas repercussão no plano internacional”.

Fácil seria a explicação da referida jurista no que tange os direitos fundamentais, mais ainda ao deparar como que segue: “existe um encontro entre a cidadania o qual se funde na dignidade da pessoa humana no contexto social do Estado Democrático de Direito. (PIOVESAN, Flávia, 2011, p.77).

Grande marco da história no que se refere aos Direitos Humanos da Pessoa em condição de Espectro Autista, foi a promulgação da Lei Berenice Piana – 12.764/2012 a qual institui a proteção dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista, pessoas nessa condição são consideradas pessoas com deficiência para todos os efeitos legais, assim o artigo 1 , § 1º vem classificar a pessoa com autismo aquela portadora de síndrome clínica caracterizada com:

1 Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao nível de desenvolvimento;

2 Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados, interesses restritos e fixos.

Em 2012 o DSM-5 Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mental em sua 5ª edição definido pela Associação Americana de Psiquiatria, passa a abranger novos diagnósticos de subcategorias do autismo, os indivíduos passa a ser diagnosticado em um único espectro com diferentes níveis de gravidade, a principal diferenciação nesse sentido foi a diferenciação da síndrome de Asperger não ser mais diferenciada do autismo, ou seja, o critério passa a ser definido por dois critérios : as deficiências sociais e de comunicação e a presença de comportamento repetitivo e estereotipados.

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS nos ensina que o autismo é um transtorno de desenvolvimento que afeta a comunicação e o comportamento e que pode ser diagnóstico em qualquer idade. Sendo um espectro: significa que cada pessoa autista experimenta diferentes combinações de traços autista, em diferentes intensidades.

Em texto A Importância em 2019, p.1 a ONU – Organização das Nações Unidas traz o conceito de integração social:

A integração social consiste na inclusão e na participação de todos os indivíduos em uma sociedade. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a integração social visa a criar uma sociedade inclusiva, dotada de mecanismos que acolham a diversidade e permitam que os mais diferentes indivíduos – independentemente de raça, gênero, classe social, idade, crenças, nacionalidade, etc. – participem ativamente da vida política, econômica e social.

Com todos os documentos oficiais que nos serve como base para o ordenamento jurídico brasileiro pode-se deduzir que todos os cidadãos têm direito a serem tratados de forma justa e igualitária, o qual proporciona a qualidade de vida digna com a liberdade de agir de acordo com suas necessidades e diferenças.

Nessa mesma vertente, o Estatuto da Pessoa com a Deficiência estabelece o conceito de deficiência:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, LEI 13.146/2015, 2020, p. 1).

Grande ganho a sociedade pós-guerra obteve com a carta da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH que alicerça com maestria sobre a igualdade dos seres humanos, mesmo que pautada nos preceitos da revolução francesa de liberdade, igualdade, fraternidade nos ensina:

Artigo 1º: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2º: Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania (BRASIL, DUDH, 1948, p.1).

Com a promulgação da lei da pessoa com deficiência de número 13.146 de 06 de julho de 2015 que veio assegurar todos os direitos e garantias a dignidade da pessoa humana, nesse sentido a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, prevê que:

Art. 5º É dever do Estado, da sociedade, da comunidade e da família assegurar, com prioridade, às pessoas com deficiência a plena efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, habilitação e reabilitação, transporte, acessibilidade, cultura, desporto, turismo, lazer, informação e comunicação, avanços científicos e tecnológicos, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, dentre outros decorrentes da Constituição Federal e das leis, que propiciem seu bem estar pessoal, social e econômico

Os direitos elencados na Constituição Federal do Brasil de 1988, desde seu preâmbulo espelha e demonstra o fundamento com base no Estado Democrático de Direito, por bem, prioriza assegurar os brasileiros os diversos direitos aqui citamos os sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o igualdade e a justiça os quais estão em elencados e intitulados “Dos Direitos e Garantias Fundamentais” e se dividem em :

- a- Direitos individuais e coletivos: são os direitos ligados ao conceito de pessoa humana e à sua personalidade, tais como à vida, à igualdade, à dignidade, à segurança, à honra, à liberdade e à propriedade. Estão previstos no artigo 5º e seus incisos;
- b- Direitos sociais: o Estado Social de Direito deve garantir as liberdades positivas aos indivíduos. Esses direitos são referentes à educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Sua finalidade é a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos, concretizando assim, a igualdade social. Estão elencados a partir do artigo 6º;

- c- Direitos de nacionalidade: nacionalidade, significa, o vínculo jurídico político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado, fazendo com que este indivíduo se torne um componente do povo, capacitando-o a exigir sua proteção e em contrapartida, o Estado sujeita-o a cumprir deveres impostos a todos;
- d- Direitos políticos: permitem ao indivíduo, através de direitos públicos subjetivos, exercer sua cidadania, participando de forma ativa dos negócios políticos do Estado.
- e- Direitos relacionados à existência, organização e a participação em partidos políticos: garante a autonomia e a liberdade plena dos partidos políticos como instrumentos necessários e importantes na preservação do Estado democrático de Direito. (SILVA, 2006, p. 1).

Dignidade em breve aparato de classificação linguística diz-se que é um substantivo feminino, com origem no latim *dignitate* que de forma mais correta afirma ser digno; atributo moral que incita respeito; autoridade; consciência do seu próprio valor, honra, nobreza, assim sendo, todos inclusos dentro de um contexto de sociedade regida por uma constituinte, em valores correlatos da DUDH tem a mesma dignidade inclusive os deficientes.

Segundo (Didier Jr. 2021. p.117) nos ensina que a dignidade da pessoa humana pode ser considerada um direito fundamental de conteúdo complexo, formado pelo conjunto de todos os direitos fundamentais, previstos ou não no texto constitucional. Segundo o mesmo autor a dignidade da pessoa humana é cláusula normativa recente, ainda carente de maior densidade normativa.

A dignidade vem assegurando a todos indiferente de raça, credo, cor, etnia, ao longo da humanidade em geração a geração, mudando de acordo sócio político cultural de cada região mais garantindo ao indivíduo a condição de dignidade, as alterações se faz necessária para acompanhar a evolução social mais que continue a garantir a proteção digna em cada fase da evolução humana em sociedade. Essa equidade nos diz Torres: “Implícito no conceito de dignidade humana está a vedação ao tratamento desumano e degradante. O respeito não deve ser direcionado apenas a um grupo da sociedade, há que

se reconhecer a necessidade de tratamento isonômico e digno para com todos (TORRES; LIMA, 2012, p. 1).”

Importante ressaltar que nesse contexto a dignidade da pessoa humana o desejo de viver em sociedade faz parte do processo antropológico de nossa humanidade, faz parte do primeiro processo na formação de uma sociedade, portanto, o homem necessita dessa convivência com os mesmo ser humano para desenvolver-se em sociedade, perpetuar e viver em harmonia, assim participando da vida e sociedade, aprendendo normas, valores e costumes, o ser humano interage e sente-se parte de um grupo (TORRES; LIMA, 2012, p. 1).

Durante anos no escuro de informação com o diagnóstico e acompanhamento dos portadores de TEA, a sociedade persistiu no pensamento de que os portadores de deficiências eram as únicas pessoas que deveriam enfrentar seus obstáculos, todavia, hoje é sabido que a sociedade possui a obrigação de ofertar possibilidades para uma vida digna para essas pessoas (TORRES; LIMA, 2012, p.1).

Um documento de grande valia ao qual se deve notoriedade é o Convenção de Guatemala que no Brasil como força de lei ao decreto 3,956 de 08 de outubro de 2001 no seu preâmbulo nos ensina:”Promulga a Convenção Internacional para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência”. Por meio do Decreto Legislativo nº 183, de 13 de junho de 2001.

Em seu artigo 1º conceitua a deficiência e a discriminação, vejamos:

1. Deficiência

O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

2. Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência

a) o termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Nesse contexto, extraí desse documento que nenhuma pessoa com deficiência pode ser vítima de tratamento desigual, sendo que todos nas condições especiais de portadoras de alguma deficiência têm os mesmos direitos garantidos que quaisquer outras pessoas. Outrossim, caso venham a sofrer alguma discriminação, estariam sendo violada seus direitos humanos, por entender que a discriminação é entendida como uma forma de exclusão destas pessoas, o qual não pode ser suportada pelo Estado.

Algumas das Legislações vigentes que regulamenta aspectos específicos do cotidiano das pessoas com autismo os direitos das pessoas com transtornos do espectro autista são garantidos pela atual Constituição Federal brasileira, bem como determinados direitos contidos em leis específicas.

Podemos fornecer algumas leis específicas para determinados tipos de pessoas com deficiência, tais como: A Lei 7.853/89 prevê o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, os interesses coletivos ou descentralizados os garantindo esferas públicas e privadas adequadas de tratamento de estabelecimentos de saúde dedicados à sua patologia.

A Lei 8.899/94 permite que pessoas com deficiência transitem gratuitamente no transporte público interestadual. O passe livre é válido para transporte público interestadual tradicional de ônibus, trem ou balsa/ferry. A Lei nº 10.048/00 garante atendimento prioritário às pessoas com deficiência, determinado pelos seguintes artigos:

“Art.1º pessoas com deficiência idosos com mais de 60 anos gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo e os obesos terão atendimento priorizadas as disposições desta Lei.

Cabe destacar, ainda, que a Lei nº 10.098/00 estabelece regras gerais e normas básicas para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida: Art. 1º Esta lei proporciona a acessibilidade das pessoas portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Embora a Lei nº 13.370/2016 altere em seu preâmbulo: “§ 3º do art. 98 da lei 8.112/90 estender o horário especial para servidores públicos que tenha cônjuge, dependentes e ou filhos autistas e cassação de pedidos de compensação de tempo.” Entre eles, a jornada de trabalho dos servidores públicos para crianças com autismo pode ser reduzida. Não há compensação ou redução de salários dos servidores públicos de qualquer natureza. Prestação de serviços de educação especial e educação profissional, o Decreto nº 7.611/2011 estipula o seguinte: Em segundo lugar, a educação especial deve garantir a prestação de serviços de apoio especializado visando eliminar a possibilidade de prevenir alunos com deficiência, deficiência global de desenvolvimento e alta capacidade ou alunos superdotados de frequentar obstáculos escolares. § 1º Para os fins deste decreto, os serviços a que se referem os números serão denominados de assistência educacional profissional, entendida como uma série de atividades, acessibilidade e recursos didáticos organizados de forma institucional e continuada, prestados da seguinte forma:

I - Formação complementar para alunos com deficiência, deficiência global do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado em termos de tempo e assiduidade dos alunos a salas de recursos multifuncionais; ou

II - Formação complementar para alunos com alta capacidade ou superdotação. § 2º Os serviços de educação profissional devem envolver a família em conjunto com as recomendações instrucionais da escola para garantir a plena participação e participação do aluno, atender às necessidades específicas do público-alvo da educação especial e coordenar-se com os demais. políticas públicas.

Com a entrada em vigor da Lei 13.977/20, ocorreu a criação de carteiras de identidade para pessoas com Transtornos do Espectro Autista. Conforme consta no artigo:

Art. 3-A. Foram criadas carteiras de identidade para pessoas com Transtornos do Espectro Autista (Ciptea) para garantir atendimento integral, pronto e prioritário e acesso a serviços públicos e privados, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social.

§ 1º A Ciptea será emitida mediante solicitação do órgão responsável pela aplicação das políticas nacionais de proteção dos direitos das pessoas com transtornos do espectro autista, acompanhada de laudo médico indicando o Código de Classificação Estatística Consórcio Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID)[...]

§ 2º Se a pessoa com transtorno do espectro autista for imigrante, residente fronteiriço ou requerente de asilo com visto temporário ou autorização de residência, deverá apresentar Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), Cédula de Registro Nacional de Imigração (CRNM) ou um Documento Provisório do Registro Nacional de Imigração (DPRNM), válido em todo o território nacional. [...]

§ 4º Antes da implementação das disposições proporcionais deste artigo, os órgãos responsáveis pela implementação da Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtornos do Espectro Autista devem cooperar com os órgãos responsáveis pela emissão de documentos de identificação para que incluam as informações necessárias sobre Transtornos do Espectro do Autismo, no Registro Geral (RG), no caso de estrangeiro, na Carteira Nacional de Registro de Imigração (CRNM) ou na Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), válida em todo o território nacional (Brasil, Lei nº 12.764, 2020, nº. 1 página).

Em termos de identificação de pessoas com autismo, reduza o preconceito sobre onde elas procuram atendimento e onde precisam de atendimento prioritário, como em qualquer lugar da saúde, educação ou proteção legal. Devem ser renovados a cada cinco anos. Melhorando assim sua qualidade de vida.

Além disso, vale destacar que a Lei 16.756/18 da Assembleia Legislativa de São Paulo prevê a obrigatoriedade da inserção da logomarca World AwarenessAutism Spectrum Disorder - TEA no quadro de atendimento prioritário. Além dessas leis, o Brasil ratificou algumas normas internacionais, como a Convenção das Nações Unidas sobre os

Direitos das Pessoas com Deficiência. Não podemos deixar de mencionar que, de acordo com os direitos acima mencionados, nos termos do disposto na Lei da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), na idade ideal, ou seja, acima de 60 anos.

3 TEORIA DA JUSTIÇA SEGUNDO JHON RAWLS

O filósofo inglês Jhon Rawls como tema principal de sua pesquisa, acredita que a comunidade justa em torno de uma visão de contrato social, tendo como vertente a virtude da justiça.

O Estado deixa de ser obediente como a tradição contratualismo clássico de Hobbes Locke e Rousseau, passando a observar o todo da sociedade contratual.

O que antecede à teoria de Rawls compreendida por utilitarismo, recebendo deveras críticas. O ser humano era impossível de uma renúncia para o objetivo de uma sociedade.

Nessa vertente, observa-se que o ser humano estabelece e preconiza a dignidade da pessoa humana e suas necessidades como indivíduo assim tenha possibilidade de agilizar seus projetos e sonhos atuante como parte integrante dessa mesma sociedade como ser político.

Utilizando-se do construtivismo kantiano, Rawls elege a pessoa como figura central das relações sociais, eis que é considerada fonte autônoma de seus princípios. Nesse sentido, o filósofo destaca (2002, p. 47)

O que distingue a versão kantiana do construtivismo é, essencialmente, que ela propõe uma concepção particular da pessoa e que faz disso um elemento de um procedimento razoável de construção cujo resultado determina o conteúdo dos princípios primeiros de justiça.

É comum essa visão estereotipada e errônea que a sociedade tem das pessoas com algum tipo de deficiência ou déficits parcial ou total, é uma maneira de justificar a omissão do Estado no auxílio de integração dessa mesma pessoa no contexto social,

permitindo a qualidade de vida e a equidade na assistência aos seus direitos e igualdade enquanto pessoa humana.

Nessa conjuntura nos faz necessário o entendimento que o comprometimento com o bem estar e o desenvolvimento com o bem social de igualdade a justiça são valores que caminham juntos sem que haja uma separação de ambas, é que deve ser analisado o direito à inclusão social das crianças portadoras de transtorno do espectro autista o qual garanta o acesso este sendo o mais amplo possível à educação, permitindo a convivência com as demais crianças, sejam elas portadoras do TEA ou qualquer outra necessidade especial, assim como com crianças que não têm deficiência alguma.

Dito anteriormente, o TEA apresenta em diferentes níveis, portanto, deve ser analisada individualmente para que seja atendida de forma individual e atendo sua necessidade particular e atendida desenvolva suas qualidades e potenciais intrínsecos.

A referida teoria de Rawls é a que mais aproxima-se da tendência atuais de proteção das minorias associando fundamentalmente com a busca da igualdade na sociedade e que esta seja de forma justa para com todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal da pesquisa realizada foi a compreensão e quais são os direitos garantidos das pessoas com transtornos do espectro autista e formas de eliminar o preconceito e a discriminação, buscando, assim, a normatização junto ao poder público.

Tem como objetivo fazer cumprir a legislação de proteção para pessoas com autismo. Procurou-se examinar as respostas familiares aos diagnósticos de autismo, tendo em conta que a discriminação começa em casa, é familiar e é impulsionada por comportamentos muitas vezes de natureza defensiva e cuja aplicação não é adequada para a inclusão social.

O apoio familiar para pessoas com autismo é extremamente importante porque a família é o primeiro passo para nossa cidadania. Além disso, a integração social de pessoas com autismo depende do desenvolvimento, aplicação e efetividade de políticas

públicas para garantir o acesso à educação, trabalho, lazer e serviços de saúde para pessoas com autismo.

No decorrer da pesquisa sobre esse tema, foram descobertas diversas leis que garantem os direitos das pessoas com autismo, mas nem sempre essas leis são efetivas e o que, sem dúvida, constitui um processo lento de conquista do espaço social.

Os direitos e privilégios dos cidadãos não portador de TEA são os mesmos para as pessoas com autismo, embora as pessoas com autismo têm suas próprias características e particularidades, em alguns casos requer atenção especial.

Com isso, a família, após ser acometida pela desordem e pelo luto pela perda do chamado filho ideal, deve se organizar e buscar seus direitos e da criança autista para que ela conquiste seu próprio espaço na sociedade.

Buscando opções iguais para desenvolver a dignidade e igualdade da pessoa humana com deficiência diz-se que qualquer pessoa em desvantagem deve ser sanada através da cooperação de todos os que se encontram em condições melhores e se dispõe em ajudar.

De fato, as famílias passaram por muitas dificuldades desde a dor do diagnóstico, a falta de cuidado profissional e a incerteza quanto ao futuro. A única coisa certa é o amor incondicional dos pais por seus filhos, que farão o que for preciso para buscar seus direitos antes que os órgãos e instituições governamentais sejam obrigados a prestar assistência.

5 REFERÊNCIAS

A Importância da integração social: o que é integração social? 2019. Disponível em: <https://noticias.universia.com.br/educacao/noticia/2019/07/10/1165565/importanciaintegracao-social.html>. Acesso em: 02 abr. 2022.

ARAUJO, Álvaro Cabral; LOTUFO NETO, Francisco. **A nova classificação Americana para os Transtornos Mentais: o DSM-5**. Rev. bras. ter. comport. cogn., São Paulo, v. 16, n. 1, p. 67-82, abr. 2014.

AUTISMO. In: **DICIONÁRIO Brasileiro da língua portuguesa**. Michaelis, 2020. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=autismo>. Acesso em: 02 abr. 2022.

AUTISMO em meninos: entenda porque eles são os mais afetados, 2018. Disponível em: <https://www.eudigox.com.br/noticias/autismo-em-meninos-entendaporqueelessaoosmaisafetados/#:~:text=Por%20outro%20lado%2C%20estat%C3%ADsticas%20confi%C3%A1veis,meninos%20afetados%20para%20cada%20menina>. Acesso em: 04 abr. 2022.

Assembleia Geral da ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nações Unidas, 1948, Paris. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BALBI, Lidinalva Fernandes Príncipe; **PORTO**, Bethânia dos Santos. **A família e o impacto do sofrimento psíquico sobre diagnóstico do transtorno do espectro autismo – TEA**. Psicólogo. dez. 2015. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-da-saude/a-familia-e-o-impacto-dosofrimento-psiquico-sobre-diagnostico-do-transtorno-do-espectro-autismo-tea>. Acesso em 08 abr. 2022.

BESSA, Liz. **O que é inclusão social: Afinal, o que é inclusão social**. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/inclusao-social/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 abr. 2022.

Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Planalto, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 02 abr. 2022.

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 02 abr. 2022.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 06 abr. 2022.

Lei complementar nº 142, de 08 de maio de 2013. Regulamenta o § 1o do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp142.htm. Acesso em: 17 abr. 2022.

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da

Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm. Acesso em: 17 abr. 2022.

Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 17 abr 2022.

Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm. Acesso em: 17 jun 2020.

BRASIL. Lei nº 8.899, de 24 de junho de 1994. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18899.htm. Acesso em: 17 abr. 2022.

Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm. Acesso em: 02 abr. 2022.

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de 52 deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm Acesso em: 17 abr. 2022.

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 17 abr. 2022.

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 04 abr. 2022.

Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 18 abr. 2022.

Lei nº 13.370, de 12 de dezembro de 2016. Altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13370.htm. Acesso em: 17 jun 2020. BRASIL.

Lei nº 16.756, de 08 de junho de 2018. Dispõe sobre o dever de inserção do símbolo mundial da conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista - TEA nas placas de atendimento prioritário. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei1675608.06.2018.htm>. Acesso em: 17 abr 2022.

Lei nº 13.977, de 08 janeiro de 2020. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Cíptea), e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13977.htm. Acesso em: 17 abr. 2022.

CARVALHO, Carla Montenegro M. **O direito à saúde para indivíduos com transtorno do espectro autista: analisar os conflitos no âmbito da saúde entre os indivíduos com transtorno do espectro autista, o poder público e as operadoras privadas de saúde.** 2020. Disponível em: https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/o-direitosaudeparaindividuos-com-transtorno-espectro-autista.htm#indice_6. Acesso em: 10 abr. 2022.

COSTA, Ana Cláudia Boadana da Paixão et al. **Transtorno do Espectro Autista** e a Lei n. 12.764/12. 2015. - Curso de Direito, Fabel, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.fabelnet.com.br/portal/images/PDF/NAPE/Projeto-Autismo-Final.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CRUZ, Deusina Lopes da. Olhe os autistas nos olhos: direitos de cidadania, dever da família, do estado e da sociedade. 2020. p. 11.

FÁTIMA Rodrigues Fernandes. Fundação José Luiz Egydio Setubal (org.). **O que é o autismo?:** marcos históricos. 2020. Autismo e Realidade. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/>. Acesso em: 02 abr. 2022.

FRAZÃO, Catia Aparecida Teles. **O direito ao acesso à educação da pessoa com transtorno espectro autista (TEA) após a Lei Berenice Piana nº 12.764/12: violação de preceito fundamental ou descumprimento de relação contratual.** 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/73835/o-direito-ao-acesso-aeducacao-da-pessoa-com-transtorno-espectro-autista-tea-apos-a-lei-berenice-pianan-12-764-12-violacao-de-preceito-fundamental-ou-descumprimento-de-relacaocontratual>. Acesso em: 12 abr. 2022.

GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TERÁN, Nora Espinosa. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. São Paulo: Grupo Cultural, 2014. 574 p. HAMZE, Amelia. Integração ou inclusão? 2020.

ITS BRASIL (São Paulo). Instituto de Tecnologia Social. **A inclusão social de pessoas com deficiência**. 2018. Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/2018/02/23/inclusao-social-de-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 20 maio. 2020. LIMA, Caroline Silva. O que se entende por direitos fundamentais? 2011.

MAIA, Lia. Professor, Mãe de autista. 2. ed. São Paulo: Lia Maia, 2017. 71 p.

MARTINS, Marcelo; RAWLS, John. **Justiça e democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 6^a Ed. São Paulo. 1990, p. 80.

MONTEIRO, Andrea Freire et al. **Considerações sobre critérios diagnósticos de transtorno do espectro autista, e suas implicações no campo científico**. Caxias do Sul. Disponível file:///C:/Users/gisla/Downloads/5956-22303-1- PB.pdf em: Acesso em: 16 abr. 2022.

NÚMERO de pessoas com autismo aumenta no Brasil. 2018. Elaborada por instituto de Psiquiatria Paulista. Disponível em: <https://psiquiatriapaulista.com.br/numero-de-pessoas-com-autismo-aumenta-nobrasil>. Acesso em: 16 abr. 2022.

PAIXÃO, Bruna Teixeira. **Os princípios constitucionais que norteiam a pessoa com deficiência e a plena efetividade do Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 2018. Elaborado por JUS.COM.BR. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/70585/os->

princípios-constitucionais-que-norteiam-a-pessoa-com-deficiencia-e-a-plena-efetividade-do-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia. Acesso em: 17 abr. 2022.

PINTO, Rayssa Naftaly Muniz et al. **Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares.** Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 1-1, 3 out. 2016.

RUSSO, Fabiele. **Manual sobre o transtorno de espectro do autismo: TEA.** São Paulo: NeuroConecta, 2019. 29p.

SANTOS, Fernanda Barbosa dos; MARQUES, Leonardo Augusto Marinho; DUARTE, Hugo Garcez. **Direitos Fundamentais: A busca por sua efetivação.** 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/direitosfundamentais-a-busca-por-sua-efetivacao/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SIGNIFICADO de integração. 2020. Disponível em: <https://www.significados.com.br/integracao/>. Acesso em: 07 abr. 2022.

SILVA, Flavia Martins André da. **Direitos Fundamentais.** 2006. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2627/DireitosFundamentais#:~:text=Os%20Direitos%20Fundamentais%2C%20ou%20Liberdades,desenvolvimento%20do%20ser%20humano%2C%20ou>. Acesso em: 09 abr. 2022.

SPROVIERI, Maria Helena S.; ASSUMPCÃO JÚNIOR, Francisco B. **Dinâmica familiar de crianças autistas.** 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0004282X2001000200016&script=sci_arttext#nota. Acesso em: 03 abr. 2022.

TIBYRIÇÁ, Renata Flores et al. **Direitos das pessoas com autismo**. Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Revista Autismo, São Paulo, v. 1, p. 1-12, mar. 2011. Disponível em: <https://www.revistaautismo.com.br/CartilhaDireitos.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

TORRES, Marina; LIMA, Rebeca Napoleão de Araújo. **A proteção jurídica da pessoa com deficiência**. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24884/aprotecao-juridica-da-pessoa-com-deficiencia>. Acesso em: 07 abr. 2022.